
SER Social

ALIMENTAÇÃO,
ABASTECIMENTO E CRISE

Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021

Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19¹

Hunger and food insecurity in Covid-19's pandemic time /
Hambre y inseguridad alimentaria en tiempos
de la pandemia de Covid-19

Sirlândia Schappo²

Resumo: O artigo objetiva apresentar, a partir das contribuições de Josué de Castro, elementos para entender que os processos geradores da fome no contexto de avanço da Covid-19 são anteriores, porém agravados pela situação de calamidade. A fome endêmica configura-se no horizonte das populações em extrema pobreza, sendo que estas se encontram em uma escala ascendente nos últimos anos no Brasil, especialmente a partir de 2014. Aos estados endêmicos agregam-se os epidêmicos ou pandêmicos,

1 Uma versão prévia deste artigo foi elaborada para ser publicada no site do Comitê Estadual Suas-SC Covid-19: em defesa da vida, em junho de 2020.

2 Doutora em Sociologia pela Unicamp (2008). Mestra em Sociologia Política pela UFSC (2004). Graduação em Serviço Social pela UFSC (2000). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: s.schappo@ufsc.br ou sschappo@gmail.com.

decorrentes dos impactos do coronavírus. Apresentam-se, também, estratégias na luta contra a fome e a insegurança alimentar, entre elas destacam-se as propostas elaboradas coletivamente por movimentos sociais, sindicais e entidades organizadas em torno da agricultura familiar, da reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, da agroecologia e da soberania alimentar. Entre essas ações políticas, destacam-se em caráter emergencial a reforma agrária, as políticas de renda básica e de saúde, revogação da Emenda Constitucional 95, abastecimento e segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais. Este conjunto de indicações busca lidar com os efeitos da pandemia do coronavírus e enfrentar o agravamento da fome que se anuncia diante desta crise. Reafirma-se assim a atualidade de Josué de Castro e a importância da construção de projetos e políticas integradas de combate à fome. Isto requer mudanças nas estruturas econômicas e sociais, em especial nas ainda necessárias reformas nas estruturas agrárias do país, assim como nas políticas de abastecimento e de segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: fome; Josué de Castro; Covid-19; insegurança alimentar.

Abstract: This work purpose to present, based on the Josué de Castro contributions, elements to understand that hunger-generating processes in advancement context of Covid-19 are earlier but aggravated by the calamity situation. The endemic hunger emerge on populations in extreme poverty condition, which are on an ascending scale in Brazil in recent years, especially from 2014. Endemic states are aggregate by epidemics or pandemics states resulting from the coronavirus impacts. Also are presented strategies against hunger and food insecurity, among them, highlight the collectively elaborated proposals by social movements, unions and entities organized around family farming, agrarian reform, traditional peoples and communities, agroecology and food sovereignty. Among these political actions, agrarian reform, basic income policies, health, repeal of Constitutional Amendment 95, supply and food and nutritional security and the consolidate of productive capacity of family peasant agriculture and traditional communities, must be highlighted in emergencial character. This set of emergencial indications seeks to deal with the effects of the coronavirus pandemic and confront aggravation hunger that is being announced in the face of this crisis. Reaffirms in this way the current condition from Josué de Castro thought and the importance of building integrated projects and policies to combat the hunger. This requires changes in economic and social structures, in special, the still necessary reforms in the country's agrarian structures, as well as policies of supply and food and nutritional security.

Keywords: hunger; Josué de Castro; Covid-19; food insecurity.

Resumen: El artículo tiene como objetivo presentar, con base en las contribuciones de Josué de Castro, elementos para comprender que los procesos que generan hambre en el contexto del avance de Covid-19 son anteriores, pero agravados por la situación de calamidad. El hambre endémica aparece en el horizonte de las poblaciones en extrema pobreza, y estos han estado en una escala ascendente en los últimos años en Brasil, especialmente desde 2014. A los estados endémicos, están agregados estados epidémicos o pandémicos como resultado de los impactos de la coronavirus. También se presentan estrategias en la lucha contra el hambre y la inseguridad alimentaria, entre las que destacan las propuestas elaboradas colectivamente por movimientos sociales, sindicatos y entidades organizadas en torno a la agricultura familiar, la reforma agraria, los pueblos y comunidades tradicionales, agroecología y soberanía alimentaria. Entre estas acciones políticas destacan con carácter de emergencia la reforma agraria, las políticas de renta básica, salud, derogación de la Enmienda Constitucional 95, el abastecimiento y seguridad alimentaria y nutricional y el fortalecimiento de la capacidad productiva de la agricultura familiar campesina y de los pueblos y comunidades. tradicional. Este conjunto de indicaciones de emergencia busca actuar sobre los efectos de la pandemia de coronavirus y enfrentar el empeoramiento del hambre que se anuncia ante esta crisis. Esto reafirma el relevancia actual de Josué de Castro y la importancia de construir proyectos y políticas para combatir el hambre. Esto requiere cambios en las estructuras económicas y sociales, especialmente en las reformas aún necesarias en las estructuras agrarias del país, así como en las políticas de abastecimiento y seguridad alimentaria y nutricional.

Palabras clave: hambre; Josué de Castro; Covid-19; inseguridad alimentaria

Introdução

Uma reflexão sobre as consequências da Covid-19, na realidade econômica e social da população brasileira, nos remete a questões problemáticas complexas e anteriores à emergência da pandemia e que por ela foram agravadas. Questões como a fome, a insegurança alimentar e a pobreza aprofundam-se e tornam-se mais expressivas com a crise sanitária que se alastrou no mundo e no Brasil, em 2020. A partir desses pressupostos, o texto objetiva analisar a questão da fome e da insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19, apresentando contribuições de um dos autores clássicos do pensamento social brasileiro: Josué de Castro (1908-1973).

As análises deste autor sobre a fome tanto em condições endêmicas quanto epidêmicas no Brasil e no mundo fornecem fundamentos para destacar a complexidade do tema. Compreender a fome como uma questão complexa exige a superação de visões aparentes ou individuais da tragédia a que estão sujeitas as populações famélicas. As condições de miséria presentes na realidade brasileira têm raízes profundas na formação sócio-histórica do país e no processo de desenvolvimento capitalista que reforçou as desigualdades sociais, reflexões essas apresentadas na primeira parte do artigo. Nesta, observa-se ainda a atualidade do pensamento de Josué de Castro a partir das discussões recentes que demonstram como a temática da fome se inter-relaciona com questões como a desnutrição, as mudanças climáticas, a obesidade, a ocupação predatória dos solos, a produção e o consumo de alimentos ultraprocessados, as desigualdades, entre outras.

A compreensão da fome, como um fenômeno complexo, possibilita superar visões aparentes desta problemática no contexto da pandemia da Covid-19, em 2020. A análise desenvolvida, na segunda parte do artigo, situa que a pobreza, a miséria e a insegurança alimentar ampliadas com a expansão do novo coronavírus no Brasil expressam o agravamento de uma tendência ascendente dessas vulnerabilidades, nos últimos anos no país. Destacam-se os efeitos da pandemia relativos ao trabalho informal, à incerteza de acesso à renda e às políticas públicas, entre outros, e como eles incidirão mais drasticamente na população pobre e extremamente pobre.

A partir desta perspectiva, apresentam-se, na última seção, as estratégias na luta contra a fome e a insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19. Entre elas, ressaltam-se as propostas elaboradas coletivamente por movimentos sociais, sindicais e entidades organizadas em torno da agricultura familiar, da reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, da agroecologia e da soberania alimentar. Esse conjunto de propostas emergenciais busca lidar com os efeitos da pandemia do novo coronavírus e enfrentar a ameaça de agravamento da fome que se anuncia diante desta crise, expressando uma preocupação com a preservação da vida e com a soberania alimentar dos povos.

Josué de Castro e as profundas raízes da fome no Brasil

A comoção frente ao desespero, à miséria, à dor e ao sofrimento, estados latentes na pandemia da Covid-19, demonstra a acentuação e o agravamento de expressões da questão social anteriormente presentes na sociedade brasileira. As tragédias social e econômica que nos saltam aos olhos e aos corações, neste contexto, têm raízes profundas na formação sócio-histórica do país e no processo de desenvolvimento capitalista que agudizou as desigualdades sociais. Nessa análise sobre o tema são fundamentais as contribuições de um dos principais autores do pensamento social brasileiro: Josué de Castro.

A fome em seus diversos estágios, desde as fases mais amenas de subnutrição até os estágios de inanição, reflete a negação de necessidades básicas do ser humano, expressando um estágio culminante de violação de direitos. A ausência do direito humano à alimentação envolve não apenas a falta de renda ou da disponibilidade de alimentos, mas de vários outros fatores, como o não acesso ao alimento, a falta de condições adequadas para produzir o alimento, o não acesso à terra, a falta de condições de saúde ou de habitação, entre outras.

Efetivar o direito humano à alimentação exige assim medidas que não apenas amenizem a fome, mas que busquem a superação dos fatores geradores desta condição. Tal processo envolve questões que vão além da oferta ou do acesso ao alimento em si ou de um mínimo de renda, demandando estratégias que contribuam para a efetivação do conjunto dos direitos sociais e em uma proteção social que atenda as necessidades básicas do ser humano e não apenas a alimentação.

As medidas de combate à fome não se restringem, assim, ao mero oferecimento de cestas básicas ou de qualquer tipo de alimento. Destaca-se, neste enfrentamento, a importância de questões mais amplas como o incentivo e o acesso a alimentos produzidos de forma justa, a partir de uma economia que tenha como prioridade a vida humana e não o lucro. A compreensão da fome como uma questão complexa contribui para evitar ações restritas em relação à superação dos fatores que impactam nesta condição.

Os conceitos de fome endêmica e epidêmica de Josué de Castro contribuem para uma compreensão ampliada sobre os processos que engendraram a fome no Brasil. O autor escreveu livros como *Geografia da fome* (1946), *Geopolítica da Fome* (1950), *Sete palmas de terra e um caixão* (1965), e outros publicados em diversos idiomas, destacando-se nacional e mundialmente como um pensador clássico da fome. Sua abordagem revela que o fenômeno da fome não é apenas biológico, mas também social e econômico.

Castro desmistifica as concepções que consideram a fome como um fenômeno natural e considera a criação da miséria através de diversos processos de exploração econômica. O autor afirma ser a fome “produto, antes de tudo, da desumana exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadores, monocultura e latifúndio, que permitiam a obtenção, por preços vis, das matérias-primas indispensáveis ao seu industrialismo próspero.” (CASTRO, 1965, p. 49).

O objetivo de Castro é o de analisar o fenômeno da fome coletiva que atinge endêmica e epidemicamente grandes massas humanas, não só a fome total, mas principalmente a fome oculta ou parcial, mais frequente e mais grave em suas consequências alimentares – subnutrição ou desnutrição até os estados de inanição absoluta. A fome endêmica, muitas vezes oculta e expressa por estados de subnutrição, apresenta-se de forma constante, enquanto a fome epidêmica é marcada por situações de calamidade, sendo esta de caráter transitório.

O autor argumenta que no Nordeste açucareiro a fome é permanente, endêmica, enquanto no sertão nordestino ela decorre de fatores climáticos, sendo epidêmica. Seus estudos e comparações regionais, em *Geografia da fome*, destacam que, em períodos não assolados pela seca, o sertão oferece melhores condições de alimentação que a região da monocultura da cana-de-açúcar. Este argumento contribui para desnaturalizar as causas da fome, revelando que ela é antes uma expressão de questões econômicas e sociais do que simplesmente uma consequência das secas ou de calamidades. Tais argumentos são fundamentais para a análise da fome em tempos de pandemia

da Covid-19; nesse estado de calamidade, ela acentua-se em um contexto também de agravamento da fome endêmica presente na sociedade brasileira, nos últimos anos.

A análise de Josué de Castro sobre a fome endêmica e o quanto ela é agravada pela fome epidêmica revela-se atual para uma compreensão mais ampla do fenômeno que se aprofunda diante do contexto de aceleração do coronavírus. As projeções apontam para uma possível duplicação, no final de 2020, das 135 milhões de pessoas que, em 2019, encontravam-se em situação de insegurança alimentar (FAO, 2020). Neste cenário, destaca-se a importância de uma análise que considere as raízes da crise alimentar não meramente decorrentes dos impactos deste momento específico, mas resultantes da estrutura desigual e de uma crise alimentar e agrária que remonta ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Schappo (2008), a partir da análise da obra de Josué de Castro, observa que este discute alternativas ao modelo de produção predominante, ressaltando a importância da agricultura de sustentação, da reforma agrária e a necessidade de um plano de política alimentar. Neste plano, o autor destaca um conjunto de medidas de caráter urgente que visavam reformular a economia agrária do país, entre elas o combate ao latifúndio e à monocultura e o incentivo à “poliagricultura”. As discussões buscavam uma solução para a problemática da alimentação, agravada com o processo de urbanização, especialmente a partir da década de 1930. Nesse contexto, Josué de Castro colaborou para a emergência da perspectiva social crítica sobre a questão alimentar no Brasil e para as primeiras políticas de alimentação no país, especialmente a partir da década de 1940. A perspectiva adotada por ele se mostra atual para refletir e discutir a construção de projetos e políticas de combate à fome que exijam mudanças nas estruturas econômicas e sociais, em especial para as ainda necessárias reformas nas estruturas agrárias do país, assim como nas políticas de abastecimento e de segurança alimentar e nutricional.

As discussões que articulam temas como a fome, a questão ambiental, a monocultura, os processos de industrialização, entre outros, se revelam atuais para refletir sobre o modelo de

desenvolvimento em crise. A pandemia da Covid-19 emerge em um contexto em que três crises estruturais na relação entre as sociedades hegemônicas contemporâneas e o sistema Terra se reforçam reciprocamente, convergindo em direção a uma regressão econômica global. Estas três crises: a emergência climática, a aniquilação em curso da biodiversidade e o adoecimento coletivo dos organismos, intoxicados pela indústria química, geram impactos em diferentes países, tornando-os mais desiguais e mais vulneráveis. Questões como o aquecimento global, grandes fazendas de gado e o desmatamento gerado pelo avanço da agropecuária contribuem para a migração de animais e aumentam o contato com outros animais e pessoas, ampliando as possibilidades de compartilhamento de germes, infecções e o aumento do risco de pandemias. (MARQUES, 2020).

A sobrevivência do planeta, da biodiversidade e a redução do avanço nos níveis de aquecimento global exigem medidas que incidam em novas relações com o uso da terra, da produção e do consumo dos alimentos. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2019), da Organização das Nações Unidas (ONU), destaca como fundamental para limitar a elevação da temperatura no planeta: a alteração na forma como a sociedade produz e consome alimentos; a contenção do desmatamento e da degradação da floresta e dos solos; entre outras questões. O relatório apresenta a relação entre o uso da terra e seus efeitos sobre a mudança climática. Por um lado, a produção de alimentos, por meio de processos degradantes do solo e dos ecossistemas, aumenta o aquecimento global, por outro, as mudanças climáticas decorrentes ameaçam a produção de alimentos.

O sistema alimentar global que se baseia no consumo de produtos ultraprocessados tem contribuído para a Sindemia Global, termo utilizado para a denominação de três pandemias inter-relacionadas: a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas. Esta problemática é apresentada no relatório de uma comissão formada pela revista *The Lancet* (2019). No Brasil, os incentivos ao agronegócio, a expansão da agropecuária, os avanços sobre terras indígenas, a grilagem de terras e a ampliação na liberação de agrotóxicos expressam o quanto este modelo, juntamente com as grandes

indústrias alimentícias, contribuem para o problema da Sindemia Global. Neste sentido, os alertas globais remetem-nos a uma reflexão sobre a necessidade de adoção de novas políticas e ações voltadas a sistemas alimentares mais sustentáveis com outras formas de produção e consumo de alimentos. Destacam-se neste processo, o incentivo e o apoio governamental à agricultura produtora de alimentos saudáveis e o acesso a este tipo de alimento, a superação da perspectiva produtivista baseada somente no lucro para outra que promova a reconciliação entre agricultura e natureza, com benefícios à sociedade e ao meio ambiente.

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (2019) alerta para o aumento da obesidade entre maiores de 18 anos, subindo de 19,9%, em 2012, para 22,3% em 2016. Os dados revelam que há no Brasil uma correlação estatística entre insegurança alimentar e obesidade. Os motivos para esse aumento da obesidade são relacionados ao fato de que os alimentos saudáveis se tornaram mais caros do que comida rica em gordura, açúcar ou sal (geralmente industrializada) em economias emergentes como a do Brasil, sendo que este tipo de alimento menos nutritivo, porém mais barato, torna-se mais acessível para a população de baixa renda. (FAO, 2019).

Os recentes dados sobre obesidade e sua relação com a insegurança alimentar e o consumo de alimentos ultraprocessados remetem-nos a questões já destacadas por Josué de Castro sobre a fome oculta. O objetivo do autor era o de analisar:

Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de “*starvation*”, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (CASTRO, 1967, p. 17).

Neste sentido, as crescentes proporções de excesso de peso e obesidade decorrentes do consumo de alimentos ultraprocessados contribuem para perpetuar uma dieta marcada pela falta de determinados elementos nutritivos, associadas ao consumo ou disponibilidade de produtos alimentícios com pior perfil nutricional. Neste sentido, observa-se o que Castro (1967) afirmava de que a pressão das forças econômicas se fazem sentir nos grupos humanos através de um mecanismo biológico: “através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante”. (CASTRO, 1967, p, 20).

A precariedade da alimentação, principalmente das populações mais empobrecidas, expressa o quanto a crise alimentar está diretamente ligada à crise agrária. Destacam-se os impactos gerados pelo processo de industrialização da agricultura e da revolução verde, especialmente a partir de meados do século XX, o aumento da produtividade nas propriedades mais equipadas e as conseqüentes desigualdades em relação às propriedades subequipadas, assim como a uniformidade nos preços dos cereais. Neste processo, muitos agricultores dos países em desenvolvimento reduziram ou abandonaram os cultivos de alimentos reservados à venda e destinaram suas forças às produções para exportação que sofriam menos concorrência – especialização. O recuo relativo à produção de alimentos contribuiu para que muitos países em desenvolvimento mergulhassem em uma dependência alimentar crescente. (MAZOYER, 1998).

A atualidade de Josué de Castro destaca-se nas reflexões sobre a necessidade de uma reorganização do sistema alimentar, com ações políticas efetivas que possibilitem a soberania e a segurança alimentar e nutricional dos povos. Os quadros de agravamento da fome em um contexto de pandemia, especialmente em países com fortes desigualdades sociais como o Brasil expõem a urgência da reforma agrária e a adoção de alternativas, como a agroecologia. Destaca-se ainda a necessidade imperiosa de se priorizar politicamente o que Josué de Castro definiu como agricultura de sustentação – esta se destaca por contribuir na ampliação das possibilidades alimentares da população e na manutenção da vida. Atualmente essa agricultura se expressa na diversidade do campo e nas diferentes

formas de policultivos de povos tradicionais e da agricultura familiar ou camponesa. Nessa definição de sustentação poderiam ser incluídos todos os sujeitos, formas de trabalho e de sustento que tenham como prioridade a vida, assim como o alimento como um direito humano e não como uma mercadoria.

O agravamento da fome e da insegurança alimentar em tempos de pandemia

A fome e a insegurança alimentar, ampliadas com a expansão da Covid-19 no Brasil, expressam um cenário que já vinha apresentando sinais de agravamento, nos últimos anos. Os retrocessos nesta área são percebidos com a crise econômica que impactou o país mais expressivamente a partir de 2014. Neste contexto, foram também implementadas medidas de austeridade que seguem o receituário neoliberal, aprofundadas após 2016 com os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Entre as ações adotadas destacam-se a redução de políticas sociais, de programas de transferência de renda,³ das contrarreformas da previdência e trabalhista, a redução de recursos do Programa de Aquisição de alimentos (PAA),⁴ a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)⁵ em 2019, entre outras.

3 Em um contexto de corte de gastos e de expansão da política neoliberal, o governo foi surpreendido com a necessidade de estabelecer, em meio à pandemia da Covid-19, a Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020, que institui o auxílio emergencial. (BRASIL, 2020).

4 Os baixos recursos orçamentários para o programa levaram à necessidade de uma Medida Provisória 957/2020, de 27 de abril de 2020, que destina R\$ 500 milhões para a compra de produtos da agricultura familiar como suplementação orçamentária para o PAA. Medida foi criada para fazer frente à crise econômica e social que vem sendo gerada pela pandemia da Covid-19. Porém, esta abertura de crédito extraordinário para ações de segurança alimentar e nutricional ainda é bem inferior ao que sugere a Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas pela Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do coronavírus (2020). Esta propõe um investimento emergencial de R\$ 3 bilhões a serem operados pela Conab, estados e municípios (R\$ 1 bilhão cada) até 2021.

5 O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi criado em 1993 e extinto em 1994, sendo reaberto em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Conselho teve papel fundamental na organização da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (Losan, 2006).

A desigualdade na distribuição dos recursos para com a agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais, apesar destes serem fundamentais na produção de alimentos, é outro elemento que impacta negativamente na insegurança alimentar. No Brasil, o Plano Safra 2019/2020, do Governo Federal, com R\$ 225,59 bilhões para apoiar a produção agropecuária nacional, apresentou um montante de R\$ 222,74 bilhões para o crédito rural, sendo que os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) poderão contar com apenas R\$ 31,22 bilhões para custeio, comercialização e investimento. (BRASIL, 2019).

As prioridades políticas por um modelo de produção de *commodities* para exportação têm gerado consequências negativas na produção de alimentos onde predomina o agronegócio. Estudos apontam que a ocupação hegemônica desse modelo gera uma série de consequências: concentra capital, gera desigualdades na ocupação dos territórios, aumenta o uso de agrotóxicos, compromete os espaços de produção e reprodução dos agricultores familiares, afeta a produção local e causa dependência de alimentos de outras regiões. (CORRÊA et al, 2019).

O contexto recente apresentou retrocessos em relação aos avanços do Brasil no combate à fome e à insegurança alimentar. As diversas políticas públicas implementadas no país, desde as pioneiras contribuições de Josué de Castro, até outras mais recentes a partir de 2003, como o Programa Fome Zero e as políticas intersetoriais envolvendo ministérios, governos estaduais e prefeituras, contribuíram para que o Brasil saísse do Mapa da Fome da ONU, em 2014, ano em que o Indicador de Prevalência de Subalimentação,⁶ no Brasil, atingiu um nível menor que 5%. Os dados do relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014) indicam que, nesse ano, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome. Entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. O coeficiente de Gini caiu de 59, em 1999, para 51, em 2014, e a renda aumentou entre os mais pobres,

6 Medida adotada pela FAO para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional. A FAO combina dados sobre a oferta de alimentos com várias suposições para estimar a proporção da população abaixo de um requisito de energia dietética mínima.

resultando em uma redução da pobreza e da desigualdade durante a primeira década de 2000. Destaque-se que, no período entre 2004 e 2014, 26,5 milhões de brasileiros abandonaram a pobreza. A prevalência de desnutrição diminuiu de 11,9%, no período 1999-2001, para menos de 2,5%, no período 2008-2010. (FAO, 2019, p. 95).

O relatório (FAO, 2014) destaca que a fome foi colocada no centro da agenda política em 2003, sendo prioridade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando este tomou posse. Os principais fatores que contribuíram para os resultados positivos foram: a redução das desigualdades, o aumento da oferta de alimentos; o aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real do salário mínimo e geração de empregos; o Programa Bolsa Família; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAe) e a alocação de 30% das despesas com compra direta de alimentos da agricultura familiar, a partir de 2009; o Programa de Aquisição de Alimentos, como parte do Programa Fome Zero (2003); governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação, em 2003, do Consea; entre outras medidas importantes.

Porém, apesar destes avanços, alerta-se, recentemente, para o crescimento da fome no Brasil. O relatório da FAO sobre O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (FAO, 2019) indica o Brasil como um dos países em que o combate à fome sofreu as consequências da crise econômica. O ponto de inflexão ocorreu no ano de 2012, a partir do qual houve um maior impacto da crise econômica no país. O relatório indica um aumento na prevalência de desnutrição relacionado a episódios de desaceleração ou enfraquecimento da economia.

O índice de pobreza extrema, que estava decrescendo entre 2003 a 2014, voltou a crescer a partir de 2014. A linha de US\$ 1,90 PPC (Paridade do Poder de Compra) por dia mostra que durante o período de 2012 a 2014 houve redução de 1,3 ponto percentual na proporção de pessoas com rendimento inferior a US\$ 1,90 PPC, quando ela chegou a 4,5%. A queda, no entanto, foi seguida de aumento de 2,0 pontos percentuais entre 2014 e 2018, resultando em 6,5% da população brasileira com rendimento inferior a US\$ 1,90 PPC no ano

de 2018. Este percentual é equivalente a 13,5 milhões de pessoas (IBGE, 2019). Esse crescimento coincidiu com os impactos da crise econômica e a redução de políticas sociais e programas de transferência de renda.

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), referentes aos anos de 2017 e 2018 e divulgados recentemente (IBGE, 2020), indicam um crescimento da fome no Brasil. Em 2013, a proporção de domicílios com insegurança alimentar grave era de 3,2% dos domicílios, sendo que em 2017-2018 esse percentual passou para 4,6% dos domicílios. Constata-se, assim, que a fome aumentou 43,8% no Brasil, em 5 anos. Destaca-se ainda que, em 2004, o percentual de domicílios que apresentavam algum grau de insegurança alimentar era de 34,9%. Em 2009, esse índice caiu para 30,2% e, em 2013, para 22,6%. Porém, elevou-se novamente para 36,7%. (IBGE, 2020).

É neste cenário, que o avanço da Covid-19, em 2020, no país e os impactos sociais e econômicos decorrentes da pandemia agravam as expressões da questão social já presentes na sociedade brasileira: destacando-se a questão da fome, do desemprego, do trabalho informal e precário, do acesso incerto aos serviços públicos e aos direitos, entre outras. Diversos dados e análises apontam para as repercussões negativas desta crise sanitária e planetária, principalmente para a população mais empobrecida e que convive com as incertezas no mundo do trabalho.

O *Relatório Global de Crises Alimentares*, publicado pelo Programa Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2020) alerta para o agravamento da insegurança alimentar no mundo devido à pandemia da Covid-19. O Relatório destaca que, no final de 2019, eram 135 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e prevê que este número pode duplicar no final de 2020, passando para 265 milhões. Entre as regiões mais afetadas, encontra-se a América Latina.

Esta condição de insegurança alimentar apresenta-se em um cenário de incertezas no mundo do trabalho. A pandemia adentrou no Brasil em um contexto de ampliação do trabalho precário e informal. Nessas condições, as dificuldades em relação a renda e ao atendimento

as necessidades básicas, como a alimentação, aumentam, pois parte significativa desses trabalhadores encontram-se sem a proteção social oriunda do trabalho formal. A crise estrutural do capitalismo que assola o país, mais fortemente a partir de 2014, reflete-se na ampliação do trabalho informal, nos últimos anos. A proporção da população ocupada de 14 anos ou mais de idade, no trabalho informal, passou de 39,1%, em 2014, para 41,5%, em 2018. (IBGE, 2019).

Com as medidas necessárias ao combate da Covid-19, como as de confinamento e de contenção, os níveis de pobreza relativa das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia informal poderão aumentar em até 56 pontos percentuais nos países de baixa renda, de acordo com documento publicado pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2020). Conforme o documento, 89% dos trabalhadores da economia informal na América Latina foram severamente afetados pela pandemia. Destes, destacam-se os trabalhadores domésticos informais que perderam o emprego.

As desigualdades exacerbadas com a crise são também visíveis quando se analisa os grupos sociais com maior taxa de letalidade entre os atingidos pela Covid-19, sendo que a proporção é maior entre negros, analfabetos e pobres. Aliado a isso, encontram-se as precárias condições de vida expressas na desproteção nos ambientes de trabalho, nas dificuldades de acesso à saúde, nas aglomerações no interior das moradias, na subnutrição, na falta de saneamento básico, entre outras questões que dificultam o tratamento e a superação dos avanços da doença e congregam o agravamento das expressões da questão social.

Em Nota Técnica, pesquisadores da PUC-Rio, do Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) analisaram dados das notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e observaram que a taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil, considerando as variáveis socioeconômicas, é maior entre negros, entre populações pobres e com baixa escolaridade. O percentual de pacientes pretos e pardos que vieram à óbito (54,78%) foi maior do que o dos brancos (37,93%). A letalidade também foi maior entre a população com menor nível de escolaridade. As pessoas com nível

de escolaridade superior, em caso grave da Covid-19, apresentaram uma menor proporção de óbitos (22,5%), que aquelas sem escolaridade (71,3%). Quanto maior o nível de escolaridade, menor a letalidade. Este efeito pode ser resultado de diferenças de renda, que geram disparidades no acesso aos serviços básicos sanitários e de saúde. A chance de morte num município com baixo ou médio Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) é quase o dobro (61,69%) que em um município com IDHM muito alto (32,90%). Os dados confirmam as enormes disparidades no acesso e qualidade do tratamento no Brasil. (BATISTA et al., 2020).

Pode-se aferir que os efeitos da pandemia, como o agravamento da doença, do desemprego, a incerteza de acesso à renda e às políticas públicas, entre outras, incidirão mais drasticamente na população pobre e extremamente pobre, refletindo em quadros de fome e insegurança alimentar. A crise sanitária afetará assim mais diretamente as populações que já se encontravam com seus direitos básicos violados e que apresentavam os piores indicadores sociais e de saúde. A desigualdade social tem impacto direto nos óbitos entre os mais pobres, entre a população com menor escolaridade e entre negros. Nesse contexto, a fome, enquanto um fenômeno complexo e que apresentava sinais de crescimento, nos últimos anos, na realidade brasileira, torna-se ainda mais grave em um momento de crise sanitária. A previsão das Nações Unidas, divulgada no final de abril de 2020, é de que a fome no mundo pode dobrar com a crise decorrente do coronavírus, conforme dados anteriormente apresentados.

Frente a esta problemática, as medidas de combate à fome, à insegurança alimentar e a proteção à vida exigem esforços conjuntos e articulados com respeito à participação da sociedade, especialmente na elaboração de planos e estratégias, assim como exige a responsabilidade dos governos na sustentação da renda, na efetivação de direitos, nos investimentos e nas políticas públicas.

Estratégias na luta contra a fome e a insegurança alimentar no contexto da pandemia

Os desafios no combate à fome e à insegurança alimentar, em tempo de pandemia da Covid-19, apresentam-se de forma imediata frente ao agravamento das diversas violações de direitos. Porém, as ações exigem um conjunto de medidas que não se restrinjam ao oferecimento de cestas básicas com produtos processados ou outras ações pontuais, como as de caridade. Destaca-se a importância de uma solidariedade que fortaleça a luta pela defesa da vida e dos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, é fundamental o planejamento coletivo de ações e políticas estatais que tenham como norte a proteção à vida e aos direitos fundamentais a ela inerentes.

O Informe Covid-19 Cepal-FAO (2020) destaca que a extrema pobreza deve atingir 83,4 milhões de pessoas na América Latina e Caribe, em 2020 (a estimativa é de 15,9 milhões a mais de pessoas vivendo nesta condição). O texto aponta recomendações políticas urgentes para evitar que a crise da Covid-19 se transforme em uma crise alimentar na região. Entre as medidas propostas, encontra-se: fortalecer a Renda Básica de Emergência proposta pela Cepal com um bônus contra a fome; reforçar os programas de alimentação escolar para garantir a alimentação de crianças e adolescentes; conceder apoio financeiro (crédito e subsídios produtivos) ao setor agrícola, orientado principalmente para a agricultura familiar; expandir e garantir o funcionamento dos programas de apoio à produção de autoconsumo; garantir o financiamento, a assistência técnica e o acesso a insumos e mão de obra para os agricultores e pescadores artesanais; entre outras medidas. (CEPAL-FAO, 2020).

Nesse contexto de iminência da fome em diversos países, mais especificamente na América Latina e no Brasil, ressalta-se a necessidade de fomentar novas práticas no sistema alimentar que contribuam para a soberania alimentar. Isto exige repensar as relações de uso da terra, o território e os vínculos com as populações urbanas, a necessidade da reforma agrária, a reconexão com a natureza, o estabelecimento de novas relações de trabalho, de gênero, a luta contra o racismo, o cuidado com os bens comuns, o incentivo à agroecologia,

entre outras questões fundamentais de proteção à vida. Neste sentido, destacam-se ações que visam um projeto popular para o campo brasileiro e que podem gerar impactos positivos no combate à fome e à insegurança alimentar, compreendendo um conjunto de propostas emergenciais para fazer frente aos efeitos da pandemia da Covid-19.

Os movimentos sociais, sindicais e entidades organizadas em torno da agricultura familiar, da reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, da agroecologia e da soberania alimentar apresentaram à sociedade brasileira um conjunto de propostas emergenciais para lidar com os efeitos da pandemia do novo coronavírus (*Plataforma emergencial do campo, das florestas e das águas pela vida e para o enfrentamento da fome diante da pandemia do coronavírus*, 2020). As propostas abrangem tanto medidas para o atendimento à população do campo, das florestas e das águas, como para recuperar a sua capacidade produtiva e retomar uma política de abastecimento para reconstituir os estoques de alimentos e enfrentar a ameaça de agravamento da fome que se anuncia diante desta crise. A Plataforma parte de uma visão integrada do papel da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais para a garantia de segurança alimentar e nutricional ao conjunto do povo brasileiro.

Entre as medidas emergenciais para enfrentar o agravamento da fome, a Plataforma propõe a suspensão imediata da política econômica ultraneoliberal do governo Bolsonaro e a retomada de um *Plano Safra da Agricultura Familiar, com recomposição orçamentária* das políticas e investimento adicional em *medidas emergenciais* capazes de recuperar a capacidade do Estado de organizar a produção, a aquisição, o abastecimento e a distribuição de alimentos. A Plataforma propõe 5 eixos prioritários e complementares com uma série de medidas em cada um deles:

- (i) uma Política Emergencial de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional capaz de afastar, mais uma vez, o flagelo da fome em nosso país, depende do
- (ii) Fortalecimento da Capacidade Produtiva da Agricultura Familiar Camponesa e dos Povos e Comunidades Tradicionais, que produz a maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasilei-

ros; para produzir estes alimentos, esses trabalhadores e trabalhadoras precisam ter garantidos o acesso tanto a (iii) uma Renda Básica Emergencial que lhes assegure dignidade e cidadania, como (iv) à Saúde, com medidas de enfrentamento à epidemia que contemplem as especificidades de sua realidade no campo, nas florestas e nas águas. Todas essas medidas, no entanto, esbarram num obstáculo comum: (v) a Emenda Constitucional 95. (PLATAFORMA EMERGENCIAL DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS PELA VIDA E PARA O ENFRENTAMENTO DA FOME DIANTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, 2020)

Uma condição fundamental para o financiamento das medidas emergenciais destacadas na Plataforma é a revogação da Emenda Constitucional 95 e a recomposição do orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de ações de fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária, políticas para os povos e comunidades tradicionais e para o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Os trabalhadores também precisam ter garantido o acesso a uma renda básica emergencial.

No eixo da Política Emergencial de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional para o enfrentamento da fome, o texto apresenta a necessidade de retomada e fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAe) com distribuição dos alimentos às famílias dos estudantes que tiveram suspensas as aulas devido à pandemia do coronavírus; investimento emergencial para aumentar o orçamento do PNAe para R\$ 5 bilhões, com ampliação de 30% para 50% a obrigatoriedade de aquisição de produtos da agricultura familiar; assegurar que os recursos sejam empregados na compra e distribuição de alimentos da agricultura familiar (não como cartão de benefício). Outra medida essencial apresentada é a retomada imediata do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosea), entre outras propostas.

No eixo de fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar camponesa, da reforma agrária em povos e

comunidades tradicionais, a Plataforma apresenta como medidas: priorizar e fortalecer modelos de produção que primem pela sustentabilidade ambiental e justiça social, com destaque para a transição agroecológica; o fortalecimento das redes agroalimentares alternativas e dos circuitos locais de produção e comercialização de alimentos; e o respeito às matrizes culturais e territoriais locais, com valorização dos produtos da sociobiodiversidade. As propostas que constam na Plataforma (2020) incluem ainda vários outros programas, linhas de crédito, financiamento, apoio, entre outras medidas essenciais para tais segmentos.

Por fim, o eixo Prevenção e atendimento à saúde com medidas de enfrentamento à epidemia que contemplem as especificidades da realidade dos agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais do campo, das florestas e das águas. Este propõe assegurar equipes de Atenção Básica de Saúde nas comunidades rurais; estruturar os hospitais locais e regionais com UTIs equipadas de respiradores e outros equipamentos e medicamentos necessários ao tratamento do coronavírus; realizar campanha de educação em saúde dirigida à população rural com orientação sobre os cuidados necessários para evitar a disseminação do coronavírus, entre outras medidas.

Destaca-se ainda o lançamento, em junho de 2020, do Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) frente às consequências causadas pela pandemia do novo coronavírus. Nele observa-se a perspectiva de que o combate à crise alimentar e à fome compreende a realização da reforma agrária. Esta possibilitaria ampliar as possibilidades de acesso ao trabalho, renda, moradia e alimentação. O Plano agrega assim propostas para a democratização do acesso à terra, a distribuição de riquezas e a defesa dos direitos dos povos do campo e da floresta.

Neste sentido, as ações de combate à fome e à insegurança alimentar, em tempos de pandemia, exigem prioridade política e recursos públicos emergenciais na proteção à vida. Isto requer contemplar proposições organizadas coletivamente e que expressam uma visão

integrada do papel da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais para a garantia de segurança alimentar e nutricional para o conjunto do povo brasileiro. É fundamental que as propostas sejam tomadas em parceria com os conselhos de participação social, especialmente os conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de Assistência Social, Saúde e de Alimentação Escolar.

Garantir a segurança alimentar e o direito humano à alimentação, mesmo em tempos de pandemia, não se restringe ao oferecimento de uma cesta básica com alimentos processados ou formulados em indústrias, mas o acesso a alimentos adequados e saudáveis. Um exemplo é o papel que o PNaE pode ter com a utilização destes recursos no oferecimento de cestas básicas para as famílias dos estudantes, incluindo e priorizando alimentos frescos obtidos da agricultura familiar. Esta medida poderia possibilitar às famílias uma alimentação mais saudável e aos agricultores vinculados ao PNaE uma garantia de escoamento da produção e geração de renda. Destaca-se ainda a importância de um trabalho intersetorial, envolvendo, por exemplo, as coordenações estaduais e municipais do PNaE, as secretarias de assistência social, de educação, agricultura e saúde.

Entre as medidas de combate à fome e à insegurança alimentar, fundamentais no atual contexto, destacam-se ainda o fortalecimento da seguridade social, especialmente da saúde, da previdência e da assistência social e a expansão dos programas de transferência de renda, ampliação, continuidade e fortalecimento do Programa Bolsa Família e do Auxílio Emergencial. O acesso aos recursos e políticas públicas, neste contexto, são extremamente importantes, exigindo-se a recomposição orçamentária das mesmas, com destaque ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), evitando-se o agravamento nos processos de violação de direitos.

Compreender a complexidade do agravamento das expressões da questão social, em tempos de pandemia, instiga reflexões não simplistas ou pontuais de combate às diversas vulnerabilidades a que estão expostas a população mais empobrecida, como a questão da fome. A superação desta envolve medidas que incidam sobre uma

dívida histórica para com os sujeitos, grupos e formas de produção que possam contribuir para a garantia de uma alimentação e de uma vida saudável, expressando resistências ao modelo econômico prevalente e em crise.

A compreensão da fome como um fenômeno complexo, a partir das contribuições de Josué de Castro, fornece elementos para entender que os processos que engendram esta condição no contexto atual são anteriores, porém agravados pela situação de calamidade. A fome endêmica, oculta ou parcial, a subnutrição ou desnutrição configura-se no horizonte das populações em extrema pobreza, sendo que estas se encontram em uma escala ascendente nos últimos anos no Brasil, especialmente a partir de 2014. Aos estados endêmicos, agregam-se os epidêmicos ou pandêmicos com as situações de calamidade oriundas do avanço da Covid-19.

Diante deste cenário, tornam-se urgentes medidas que visem combater a fome e a insegurança alimentar, evitando-se que situações de calamidade transitórias se tornem permanentes ou ampliem ainda mais os quadros de fome endêmica na população brasileira. Estes expressam as marcas de processos históricos de exploração econômica e social, sendo expressões das fortes desigualdades sociais que configuram o processo de colonização e de modernização conservadora no Brasil.

Neste contexto de iminência da fome torna-se urgente promover novas práticas no sistema alimentar que contribuam para a soberania alimentar. Os movimentos sociais, sindicais e entidades organizadas em torno da agricultura familiar, da reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, da agroecologia e da soberania alimentar apresentaram à sociedade brasileira um conjunto de propostas emergenciais para lidar com os efeitos da pandemia do novo coronavírus.

Entre estas ações políticas, destacam-se, em caráter emergencial, a realização da reforma agrária, a efetivação de políticas de renda básica, saúde, revogação da Emenda Constitucional 95, abastecimento e segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais. Pode-se aferir, com base nas propostas

apresentadas, que o combate à fome e à insegurança alimentar, em tempo de pandemia da Covid-19, exige, assim, um conjunto de medidas que não se restrinjam ao oferecimento de cestas básicas com produtos processados ou outras ações pontuais. A efetivação do direito humano à alimentação demanda a concretização de ações integradas no âmbito das políticas públicas, com respeito às proposições e à participação popular, a partir de um projeto que considere a vida humana e suas necessidades como prioridades incontestáveis.

Pode-se aferir, que, no atual contexto de aprofundamento das condições de fome e insegurança alimentar, as contribuições de Josué de Castro são fundamentais para a compreensão da complexidade destas questões. Um dos aspectos centrais da análise do autor é de que a fome não resulta apenas de aspectos circunstanciais ou epidêmicos. Contribuindo para desnaturalizar as causas da fome, o autor afirma ser ela resultado de estruturas econômicas e sociais que reproduzem processos de exploração, perpetuando desigualdades sociais, a concentração de terra e de riquezas.

Neste sentido, o legado de Josué de Castro revela-se fundamental para compreender as raízes da fome na atualidade não como meras consequências do estado pandêmico. Interpretações restritas e circunstanciais, aliadas aos interesses de grupos privilegiados e conservadores, poderiam resultar em ações meramente amenizadoras dos quadros de miséria. Por outro lado, as análises mais amplas sobre a fome condizentes com o pensamento de Josué de Castro contribuem, assim, para reflexões e proposições que visam superar os fatores geradores da fome, somando-se às lutas e propostas atuais dos movimentos sociais e dos diferentes grupos e sujeitos que batalham pela defesa da vida acima de qualquer outro interesse econômico.

Aceito para publicação em 30/11/2020

Referências

BATISTA, Amanda. et al. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil**. Nota Técnica 11, 27/05/2020. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/nois-pucrio/publica%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em: 07/06/2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Safra 2019-2020**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm>. Acesso em: 12/06/2020.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7. ed., v. I. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CEPAL-FAO. Comisión Económica para América Latina y el Caribe y Organización de la Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Informe Covid-19** CEPAL-FAO. 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45702-como-evitar-que-la-crisis-Covid-19-se-transforme-crisis-alimentaria-acciones>>. Acesso em: 25 de jun. de 2020.

CORRÊA, Márcia Leopoldina Montanari, et al. Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1.070-1.083, out-dez/2019.

FAO. Food and Agriculture Organization. **The State of Food Insecurity in the World**. Rome: FAO, 2014.

FAO. Food and Agriculture Organization. **The State of Food Security and Nutrition in the World**. Rome: FAO, 2019.

FAO. Food and Agriculture Organization. **Global Report on Food Crises 2020**. Rome: FAO, 2020.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ILO. International Labour Organization. **Covid-19 crisis and the informal economy**. Switzerland: ILO, 2020.

IPCC. Intergovernmental Panel On Climate Change. **Climate change and Land**. 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srccl/>. Acesso em: 14 de mai. de 2020.

MARQUES, Luiz. A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas no Brasil? **Notícia Unicamp**. Ciência, saúde e sociedade: Covid-19, 05, mai./2020. Campinas: Unicamp, 2020. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas>>. Acesso em: 12/06/2020.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. Crise agrária e crise geral. In: **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Instituto Piaget, 1998.

PLATAFORMA EMERGENCIAL DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS PELA VIDA E PARA O ENFRENTAMENTO DA FOME DIANTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, 2020. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Plataforma-Emergencial-do-Campo-atualizado-01.05.20202.pdf>>. Acesso em: 28/05/2020.

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2008.

THE LANCET. **A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas**. Relatório da Comissão The Lancet. Jan. 2019. Disponível em: <<https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf>>. Acesso em: 11/05/2020.